

Sumário

Capítulo 1 – Origem e conceito de direito administrativo	1
1.1 Introdução	1
1.2 Origem e evolução do direito administrativo	1
1.3 Conteúdo do direito administrativo	2
1.4 Conceito de direito administrativo	3
Questões de provas	3
Capítulo 2 – Administração direta e indireta	5
2.1 Estado e Governo	5
2.2 Administração Pública – atividade administrativa	5
2.3 Descentralização e desconcentração	8
2.4 Descentralização política e administrativa	9
2.5 Modalidades de descentralização administrativa	10
2.6 Descentralização nos termos do Decreto-Lei nº 200/67. Crítica doutrinária	13
2.7 Administração Direta	14
2.8 Órgãos públicos	15
2.9 Administração Indireta	17
2.10 Análise da natureza das pessoas que integram a Administração Indireta	21
2.11 Regime jurídico a ser aplicado às pessoas integrantes da Administração Indireta	23
2.12 Autarquias	25
2.13 Fundações	29
2.14 Empresa pública	34
2.15 Sociedade de economia mista	37
2.16 Empresa pública e sociedade de economia mista – derrogações das normas de direito privado	41
2.17 Preceitos comuns às autarquias e fundações de natureza pública	43
2.18 Empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público	44
2.19 Falência de empresas públicas e sociedades de economia mista	46
2.20 Empresas públicas e sociedades de economia mista – fiscalização do Tribunal de Contas	47
2.21 Agências Reguladoras	49

2.21.1 Evolução histórica	49
2.21.2 Surgimento das Agências Reguladoras	50
2.21.3 Legitimidade para regulamentar	51
2.21.4 Natureza jurídica	52
2.21.5 Conceituação	55
Questões de provas	55
Capítulo 3 – Princípios constitucionais da Administração Pública	63
3.1 Legalidade	64
3.2 Impessoalidade	64
3.3 Moralidade	65
3.4 Publicidade	69
3.5 Eficiência	70
3.6 Princípios informativos da Administração Pública	72
3.6.1 Finalidade pública – supremacia do interesse público sobre o privado ...	72
3.6.2 Indisponibilidade do interesse público	73
3.6.3 Especialidade	73
3.6.4 Motivação	74
3.6.5 Hierarquia	75
3.6.6 Autotutela administrativa	75
3.6.7 Continuidade do serviço público	76
3.6.8 Razoabilidade e proporcionalidade	77
Questões de provas	79
Capítulo 4 – Poderes da Administração Pública	85
4.1 Poder de polícia	85
4.1.1 Distinções entre polícia administrativa e judiciária	87
4.1.2 Poderes de polícia originário e delegado	88
4.1.3 Características do exercício do poder de polícia	89
4.1.4 Limites ao exercício do poder de polícia	90
4.1.5 Prescrição	90
4.2 Poder hierárquico	91
4.3 Poder disciplinar	91
4.4 Poder normativo	92
Questões de provas	96

Capítulo 5 – Agentes públicos	101
5.1 Agente público	101
5.1.1 Agente político	102
5.1.2 Particulares em colaboração com o Poder Público	103
5.1.3 Militares	103
5.1.4 Servidores públicos	103
5.2 Regime jurídico	104
5.3 Diferenças entre cargo, emprego e função	108
5.4 Concurso público	110
5.5 Estabilidade	119
5.6 Estágio probatório	123
5.7 Estabilidade e efetividade	125
5.8 Disponibilidade	126
5.9 Provimento	127
5.10 Vacância	137
5.11 Direito de livre associação sindical e direito de greve	140
5.12 Remoção e distribuição	143
5.13 Substituição (art. 38 da Lei nº 8.112/90)	146
5.14 Sistema remuneratório dos servidores	147
5.15 Vantagens estatutárias previstas na Lei nº 8.112/90	158
5.15.1 Ajuda de custo	160
5.15.2 Diária	161
5.15.3 Indenização de transporte	162
5.15.4 Auxílio-moradia	162
5.15.5 Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento	163
5.15.6 Gratificação natalina	164
5.15.7 Adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas	164
5.15.8 Adicional por serviço extraordinário	165
5.15.9 Adicional noturno	165
5.15.10 Adicional de férias	165
5.15.11 Gratificação por encargo de curso ou concurso	166
5.15.12 Garantias constitucionais	166
5.16 Férias	167
5.17 Licenças e afastamentos previstos na Lei nº 8.112/90	167
5.17.1 Licença por motivo de doença em pessoa da família	169

5.17.2 Licença para acompanhar o cônjuge	170
5.17.3 Licença para a prestação do serviço militar	170
5.17.4 Licença para atividade política	171
5.17.5 Licença para capacitação	171
5.17.6 Licença para o trato de assuntos particulares	172
5.17.7 Licença para o desempenho de mandato classista	172
5.17.8 Afastamento para servir a outro órgão ou entidade	173
5.17.9 Afastamento para o exercício de mandato eletivo	174
5.17.10 Afastamento para estudo ou missão no exterior	174
5.17.11 Afastamento para participação em programa de Pós-Graduação <i>Strictu Sensu</i> no país	176
5.18 Direito de petição	177
5.19 Proibição de acumulação de cargos	178
5.20 Responsabilidade administrativa, penal e civil do servidor	183
5.21 Regime disciplinar	189
5.21.1 Deveres e proibições	189
5.21.2 Penalidades	190
5.21.2.1 Pena de advertência	192
5.21.2.2 Pena de suspensão	193
5.21.2.3 Pena de demissão	193
5.21.2.4 Pena de cassação da aposentadoria e da disponibilidade	195
5.21.2.5 Pena de destituição de cargo em comissão	196
5.21.3 Competência para aplicação de penalidades	196
5.21.4 Procedimentos sumários de apuração de faltas	197
5.21.5 Prescrição	199
5.21.6 Sindicância	200
5.21.7 Afastamento preventivo	202
5.21.8 Processo administrativo disciplinar	203
5.21.9 Revisão administrativa	208
5.22 Seguridade Social do servidor público federal à luz da Constituição Federal e dos termos da Lei nº 8.112/90	210
5.22.1 Aposentadoria	214
5.22.2 Auxílio-natalidade	227
5.22.3 Salário-família	227
5.22.4 Licença para o tratamento de saúde	227

5.22.5 Licença à gestante, à adotante, e licença-paternidade	228
5.22.6 Licença por acidente em serviço	230
5.22.7 Pensão	230
5.22.8 Auxílio-funeral	233
5.22.9 Auxílio-reclusão	233
5.22.10 Assistência à saúde	233
Questões de provas	233
Capítulo 6 – Atos administrativos	247
6.1 Conceito	247
6.2 Fato administrativo	250
6.3 Atos da Administração	250
6.4 Atributos do ato administrativo	251
6.4.1 Autoexecutoriedade	251
6.4.2 Imperatividade	253
6.4.3 Presunção de legitimidade e de veracidade	254
6.4.4 Tipicidade	255
6.5 Elementos	255
6.5.1 Sujeito ou competência	255
6.5.2 Objeto	258
6.5.3 Forma	260
6.5.4 Motivo	261
6.5.5 Finalidade	261
6.6 Discricionariedade e vinculação	263
6.7 Controle de legalidade e de mérito	268
6.8 Motivação e teoria dos motivos determinantes	271
6.9 Classificação	273
6.9.1 Quanto à formação da vontade	274
6.9.2 Quanto à exequibilidade	274
6.9.3 Quanto ao modo de execução	275
6.9.4 Quanto à eficácia	275
6.9.5 Quanto aos destinatários	276
6.9.6 Quanto às prerrogativas	277
6.9.7 Quanto ao conteúdo	277
6.9.8 Quanto aos efeitos sobre a relação jurídica dos administrados	278

6.10 Espécies de atos administrativos	278
6.10.1 Atos negociais	278
6.10.1.1 Licença	279
6.10.1.2 Autorização	280
6.10.1.3 Permissão	280
6.10.1.4 Admissão	281
6.10.1.5 Aprovação e homologação	282
6.10.2 Atos ordinatórios	282
6.10.3 Atos enunciativos	283
6.10.4 Atos normativos	284
6.10.5 Atos punitivos	284
6.11 Extinção dos atos administrativos	285
6.11.1 Anulação	285
6.11.1.1 Prazo decadencial para a Administração anular os seus próprios atos	289
6.11.1.2 Convalidação	292
6.11.1.3 Confirmação	295
6.11.2 Revogação	296
6.11.3 Anulação – Revogação: vinculação e discricionariedade	298
6.11.4 Cassação	299
6.11.5 Caducidade	299
6.11.6 Contraposição	299
Questões de provas	300
Capítulo 7 – Licitação	319
7.1 Conceito	319
7.2 Princípios	321
7.2.1 Legalidade	322
7.2.2 Moralidade	322
7.2.3 Probidade	323
7.2.4 Impessoalidade	323
7.2.5 Igualdade	323
7.2.6 Publicidade	324
7.2.7 Vinculação ao instrumento convocatório	324
7.2.8 Julgamento objetivo	325
7.2.9 Adjudicação compulsória	326

7.3	Dispensa e inexigibilidade	326
7.4	Modalidades de licitação	338
7.4.1	Concorrência	338
7.4.2	Tomada de preços	341
7.4.3	Convite	342
7.4.4	Concurso	343
7.4.5	Leilão	343
7.4.6	Pregão	345
7.5	Procedimento de licitação	350
7.5.1	Edital	352
7.5.2	Habilitação	354
7.5.3	Classificação	356
7.5.4	Homologação e adjudicação	358
7.6	Recursos administrativos	361
7.7	Sanções penais	362
7.8	Anulação e revogação	363
7.9	Pregão	364
7.10	Consulta	368
7.11	Tratamento dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ...	372
7.12	Decreto nº 2745/1988 – Procedimento de licitação próprio da Petrobras	374
	Questões de provas	375
	Capítulo 8 – Contrato administrativo	389
8.1	Introdução	389
8.2	Características de um contrato administrativo	391
8.2.1	Exigência de garantia	394
8.2.2	Alteração unilateral do contrato	395
8.2.3	Anulação	396
8.2.4	Rescisão unilateral do contrato por parte da própria Administração	396
8.2.5	Restrições ao uso do <i>exceptio non adimplenti contractus</i> (exceção do contrato não cumprido)	398
8.2.6	Mantença do equilíbrio econômico-financeiro	399
8.2.7	Retomada do objeto	403
8.2.8	Fiscalização e acompanhamento da execução do contrato	403
8.2.9	Aplicação de penalidades administrativas	404
8.3	Responsabilidades do contratado	406

8.4 Extinção do contrato	406
8.5 Modalidades de contrato administrativo	409
8.5.1 Contrato de obra pública	410
8.5.2 Contrato de serviço	410
8.5.3 Contrato de fornecimento	411
8.5.4 Contrato de concessão	411
8.6 Consórcio público	412
Questões de provas	417
Capítulo 9 – Responsabilidade civil extracontratual do Estado	429
9.1 Conceito	429
9.2 Evolução	429
9.3 Responsabilidade civil do Estado na Constituição Federal de 1988	432
9.4 Teoria do risco administrativo e teoria do risco integral	435
9.5 Causas excludentes da responsabilidade	437
9.6 Responsabilidade do Estado por atos omissivos	439
9.7 Responsabilidade do Estado por atos legislativos e jurisdicionais	441
9.8 Direito de regresso e denúncia à lide	445
9.9 Prescrição	450
9.10 Danos de obra pública	450
Questões de provas	451
Capítulo 10 – Bens públicos	457
10.1 Amplo conceito de bem	457
10.2 Afetação e desafetação	458
10.3 Classificação dos bens públicos	459
10.4 Regime jurídico dos bens públicos	460
10.4.1 Bens do domínio público do Estado	461
10.4.2 Bens do domínio privado do Estado	466
10.5 Alienação de bens públicos	467
10.6 Uso do bem público pelo particular	470
10.7 Instrumentos de outorga de uso privativo	471
10.8 Bens pertencentes às pessoas políticas	474
Questões de provas	475

Capítulo 11 – Intervenção do Estado na propriedade privada	485
11.1 Introdução	485
11.2 Desapropriação	486
11.2.1 Conceituação	486
11.2.2 Natureza	487
11.2.3 Tipos de desapropriação	487
11.2.3.1 Desapropriação por necessidade pública	488
11.2.3.2 Desapropriação por utilidade pública	488
11.2.3.3 Desapropriação por interesse social	489
11.2.4 Desapropriação como instrumento de sanção	490
11.2.5 Sujeitos da desapropriação	492
11.2.6 Procedimento de desapropriação	493
11.2.7 Competência	496
11.2.8 Destinação dos bens desapropriados	496
11.2.9 Imissão de posse	497
11.2.10 Indenização	498
11.2.11 Desapropriação indireta	500
11.2.12 Retrocessão	501
11.2.13 Tredestinação	502
11.2.14 Desapropriação e desvio de finalidade	503
11.3 Limitações administrativas	503
11.4 Tombamento	504
11.4.1 Objeto do tombamento	506
11.4.2 Competência para tombamento	506
11.4.3 Tipos de tombamento	508
11.4.4 Efeitos do tombamento	509
11.5 Ocupação temporária	510
11.6 Servidão administrativa	511
11.7 Requisição administrativa	512
Questões de provas	513
Capítulo 12 – Serviços públicos	521
12.1 Conceito	521
12.2 Princípios	523
12.3 Classificação	523

12.4 Concessão e permissão de serviço público	524
12.4.1 Características da concessão	528
12.5 Autorização	533
Questões de provas	535
Capítulo 13 – Instrumentos de controle da Administração Pública	547
13.1 Introdução	547
13.2 Conceituação	548
13.3 Formas de controle	549
13.3.1 Quanto ao fundamento	549
13.3.2 Quanto à localização do órgão	550
13.3.3 Quanto ao momento do controle	550
13.3.4 Quanto ao aspecto controlado	551
13.4 Controle administrativo	551
13.4.1 Recursos administrativos	552
13.4.2 Processo administrativo	557
13.4.2.1 Princípios do processo administrativo	559
13.5 Coisa julgada administrativa	561
13.6 Prescrição administrativa	562
13.7 Controle legislativo da Administração Pública	563
13.8 Controle judicial da Administração Pública	568
13.9 Administração Pública em juízo	571
13.9.1 Juízo privativo	571
13.9.2 Privilégios quanto aos prazos processuais	572
13.9.3 Processo especial de execução	572
13.9.4 Despesas judiciais	573
13.9.5 Prescrição quinquenal	573
13.9.6 Restrições à concessão de liminar e antecipação de tutela	573
13.9.7 Juros de mora	576
13.9.8 Duplo grau obrigatório	576
Questões de provas	577
Capítulo 14 – Parcerias público-privadas	585
14.1 Apontamentos iniciais	585
14.2 Origem e evolução do instituto	585

14.3 Compartilhamento de riscos no contrato de PPP	586
14.4 Aspectos jurídicos	586
14.4.1 Objeto da PPP	587
14.4.2 Princípios das PPPs	587
14.4.3 Arbitragem x jurisdição	588
14.5 Contratos de parceria público-privada	589
14.5.1 Sujeitos do contrato	589
14.5.2 Características do contrato	590
14.5.3 Garantias contratuais	591
14.5.4 Sociedade de propósito específico	592
14.5.5 Licitação	593
Questões de provas	594
Capítulo 15 – Reforma do Estado – contrato de gestão e terceiro setor	597
15.1 Contrato de gestão	597
15.2 Contrato de gestão: maior autonomia/cumprimento de metas	598
15.3 Agência executiva	602
15.4 Terceiro setor	603
15.4.1 Serviço social autônomo	603
15.4.2 Organizações sociais	604
15.4.3 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)	607
Questões de provas	612
Súmulas vinculantes emitidas pelo Supremo Tribunal Federal pertinentes ao Direito Administrativo	617
Súmulas emitidas pelo Supremo Tribunal Federal pertinentes ao Direito Administrativo	618
Súmulas emitidas pelo Supremo Tribunal de Justiça pertinentes ao Direito Administrativo	623
Bibliografia	627